

## APRESENTAÇÃO

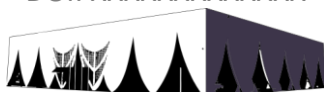
### DOSSIÊ – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Dossiê em pauta, proposto para a *Educere et Educare*, Revista de Educação da Universidade Estadual do Oeste Paulista do Paraná (UNIOESTE), reúne artigos que discutem o Conselho Municipal de Educação (CME) no Brasil entre a perspectiva da gestão e da política educacional.

A conjuntura atual está permeada por contradições decorrentes do processo histórico, em que desafios são colocados, rupturas nas conquistas alcançadas por estudiosos e pesquisadores do tema são colocadas em cheque, numa clara demonstração que os aspectos políticos e econômicos pretendem dar o tom para a política educacional brasileira. Esta obra é instigante e coaduna com a demonstração de que uma educação de qualidade social e política, justa e humana, continua sendo o horizonte. Nesse contexto, o CME é considerado instrumento de luta e resistência frente a projetos em disputa na sociedade e que repercutem na área educacional.

Assim, o presente número apresenta artigos que tratam das questões acima descritas, trazendo reflexões teórico-metodológicas decorrente de Projeto de Pesquisa em Rede - Chamada Universal – MCTI/CNPq N° 14/2014 - intitulado “O Conselho municipal e educação no Brasil e a qualidade socialmente referenciada do ensino público”, envolvendo as seguintes Universidades: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/CUA), Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), sendo que a coordenação geral esteve com a UFU, representada pelo Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima.

Cabe registrar que um dos resultados do projeto foi a constituição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Conselho Municipal de Educação (CMEs) no Brasil (GEPCMEBr) que tem os seguintes objetivos: a) compreender a dinâmica de implantação e implementação dos CMEs; b) dialogar, via da pesquisa ou de



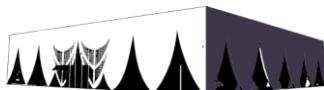
projetos de extensão, com os CMEs; c) divulgar os resultados de pesquisas e debatê-los nas instâncias internas dos Conselhos, bem como em outros locais, incluindo a mídia impressa ou digital; e, d) contribuir com o campo investigativo das políticas sociais no que diz respeito a compreender e aprofundar teses sobre a democracia, o controle social, a qualidade da educação, função e papel de órgãos colegiados no Estado brasileiro.

A pesquisa teve seu desdobramento também na organização e implementação do Observatório sobre os CMEs, disponível em: <<https://observatoriocmebrasil.jatai.ufg.br/#>>, objetivando ser um repositório de documentos sobre os conselhos municipais pesquisados, documentos oficiais, resultados das investigações e outras informações pertinentes. Atualmente, o Observatório é uma rede consolidada de pesquisa e está sob a responsabilidade da UFG/Regional Jataí. Sua trajetória acompanha a dinâmica da educação brasileira com toda sua complexidade e seus paradoxos. Deste modo, uma das repercussões dessa publicação é sinalizada pela *expertise* adquirida ao tratar deste campo de estudos, e pela capacidade para explorar e incorporar novos temas e objetos.

Frente ao exposto, para esse Dossiê, em especial, considerando as possibilidades de ampliar diálogo, articulações e cruzamentos entre os estudos, priorizou-se a organização dos mesmos num movimento dialético.

O primeiro artigo trabalha o tema para além de terras brasileiras, *Gestión para una educación de calidad en una institución educativa peruana*, de Victor Abraham Gutierrez Cisneros e Sulma Helida Quispe Rojas. Decorrente de pesquisa desenvolvida a partir de uma abordagem quantitativa objetivou demonstrar a gestão do Conselho Municipal do Distrito de San Juan de Lurigancho na educação e gestão da "Educação Vivencial" dos professores da Coordenação de Ciências Sociais para uma educação de qualidade em uma escola de Lima/Perú.

Na sequência, o estudo intitulado *O conselho municipal de educação no Brasil e a qualidade social (e política) referenciada*, de Antonio Bosco de Lima, discorre

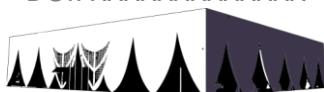


sobre os conselhos em geral (vinculados às políticas públicas sociais) presentes na política de redemocratização do estado brasileiro, consubstanciada a partir dos anos iniciais de 1980 e regulamentada pela Constituição de 1988. O autor analisa que esses Conselhos ganharam destaque enquanto canal legítimo de participação da sociedade.

O artigo de Ari Raimann e Fernando Santos, *Democracia e os Conselhos Municipais de Educação*, discute a constituição do Estado brasileiro, sua democracia burguesa e a atuação dos conselhos, destacando a qualidade socialmente referenciada do ensino. Como órgãos institucionalizados, os CMEs se constituíram como oportunidade de participação e representação à comunidade, tendo em vista o acompanhamento e controle social das políticas públicas e do direito à educação.

Tendo como autores Maria Alice de Miranda Aranda e Fabiany dos Santos Barcelos, o artigo intitulado *Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos planos municipais de educação no Estado de Mato Grosso do Sul: qual participação?* analisa a concepção de participação dos CMEs do estado de Mato Grosso do Sul (MS) na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME). Constatou-se que a prevalência da participação política, cuja concepção tem lugar garantido na sociedade capitalista, pois atende aos interesses de grupos específicos, legitima ideias pré-concebidas, exercita apenas a forma de cidadania ampliada e não a plena.

O quinto artigo de Elizabeth Gottschalg Raimann, Renata Freitas Dias e Fatima Almeida Baraúna aborda *A perspectiva de Participação e de autonomia dos conselhos municipais de educação em Goiás* analisando as perspectivas de participação dos CMEs, bem como a autonomia que possuem no processo decisório de suas ações observando se de fato estas são independentes e imparciais às vontades do governo local. Os dados analisados, a partir das categorias participação e autonomia, apontaram que a participação e autonomia dos conselheiros está fragilizada diante de uma gestão democrática.

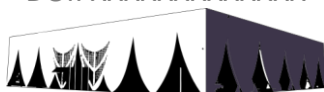


*Perfil da composição dos Conselhos Municipais de Educação de Mato Grosso* é o sexto artigo apresentado nesse dossiê. Egeslaine de Nez e Ralf Hermes Siebiger problematizam a composição dos Conselhos no estado de Mato Grosso, no que diz respeito a seus membros, considerando as diferentes representatividades previstas nos textos legais. De uma maneira geral, constata-se, na composição dos conselhos, a presença significativa de vagas destinadas aos representantes do próprio poder executivo, provavelmente devido ao fato de o Estado ser o responsável por instituir esses conselhos, bem como a necessidade de haver maior precisão em relação à definição do tipo de representação.

O estudo sobre os *Conselhos municipais de educação de Araguari e Uberaba: entre a participação como qualidade social e razões constitucionais* de Jeovandir Campos do Prado e Wilson Augusto Costa Cabral, apresenta os CMEs no âmbito da Constituição Federal de 1988, concernente ao seu papel e as formas de participação ensejadas no período de redemocratização. Também, aborda a forma de participação na lógica governamental capitalista, na qual, a participação social tem dificuldades e limitações para constituir-se como tal.

O artigo seguinte trata dos *Conselhos Municipais de Educação no Brasil: discussões acerca de seu surgimento e desenvolvimento*, dos autores Paulo Gomes Lima e Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara, têm como objetivo discutir o surgimento e desenvolvimento dos conselhos municipais de educação no Brasil, os percalços e encaminhamentos para a sua constituição. Em seu conjunto são trazidas discussões sobre os elementos imprescindíveis de legitimação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) centrados na participação, gestão democrática e autonomia.

*Uma análise sobre os Conselhos Municipais de Educação: entrevista com Carlos Roberto Jamil Cury*, de autoria de Fábio Perboni, tem como propósito incitar reflexões sobre a atualidade do tema em pauta. O entrevistado tem participação ativa em diferentes instâncias de discussão e deliberação da educação nacional. Com base nesta experiência, que articula a pesquisa acadêmica e atuação ativa



na política educacional partiu o convite para esta entrevista que discorre sobre os Conselhos Municipais de Educação no contexto atual da educação brasileira.

Em suma, o presente Dossiê registra estudos e análise que demonstram que o tema em foco, os CMEs, precisam ser discutidos e debatidos, com afinco, vez que é indubitável sua importância como instrumento legítimo para o alcance da propalada gestão democrática da educação.

Pretendemos, também, que este número da Revista amplie e disponibilize conhecimentos e contribua significativamente para com os formuladores de políticas, estudiosos, gestores, professores, estudantes e conselheiros interessados em refletir, compreender e agir sobre tema de relevância, inclusive no limiar de uma história que apresenta determinada conjuntura política e econômica que dita normas e propostas para o campo educacional.

Desejamos uma exitosa reflexão que motive mais pesquisas na temática.

Brasil, outono de 2018.

**Elizabeth Gottschalg Raimann (UFG)**

**Maria Alice de Miranda Aranda (UFGD)**

Organizadoras

